

"O FUTURO É ANCESTRAL OU NÃO SERÁ"

Célia Xakriabá

Primeira mulher indígena eleita deputada federal por Minas Gerais

"A demarcação de territórios indígenas significa a solução número 1 para barrar a crise climática"

CRISTIANA ANDRADE
CYNTHIA CASTRO

A força da ancestralidade presente no canto indígena chega à Câmara Federal quando Célia Xakriabá (PSOL-MG) tem voz no plenário. Pode ser ouvida e sentida em reuniões e em outras falas públicas da primeira mulher indígena eleita deputada federal por Minas Gerais. Aos 32 anos, nascida no Norte do Estado, é assim que Célia costuma iniciar os trabalhos: cantando - numa tentativa de "reflorescer" o Congresso Nacional, como ela mesma denomina, e ocupar o árido espaço político com as tradições dos povos originários, rompendo com o "racismo da ausência". Os grafismos, o cocar e outros símbolos fazem parte do gabinete 619, do Anexo 4 da Câmara, e da forma como Célia se apresenta. Ela esteve na redação de **O TEMPO** e falou sobre os desafios dessa nova jornada. Demarcação de territórios e proteção das áreas já garantidas devem ser prioridades quando se fala em direitos dos primeiros habitantes do Brasil e crise climática. Célia Xakriabá é mestra em desenvolvimento sustentável e doutoranda em antropologia pela UFMG. Leia a seguir, trechos da entrevista.

Por que o futuro é ancestral? É tempo dos povos indígenas, é tempo da diversidade. Só se pode pensar em solução para o futuro se a gente tiver sabedoria e chegar um pouco para trás. A ancestralidade marca um ponto importante, sobretudo para pensarmos as soluções para as crises climáticas. Nós, povos indígenas, não somos nem 1% da população brasileira. Somos 5% da população do mundo e protegemos mais de 80% da biodiversidade. A demarcação dos territórios significa a solução número 1 para barrar a crise climática. O futuro é ancestral ou não será.

Como é sua articulação no Congresso, com uma bancada conservadora? Sempre estive presente nos territórios. Defender os povos indígenas é defender a si mesmo. Tem sido essa fala articulada, em Minas, no

Congresso, entre bancadas estaduais e federais. (...) Há muitos parlamentares conservadores no Congresso, inclusive com direitos privados em relação ao Projeto de Lei (PL) 490, que pretende aplicar o marco temporal. Essa tese é o julgamento de uma terra indígena de Santa Catarina. Se for julgada, será aplicada no Brasil. Com isso, só serão territórios indígenas os promulgados até a Constituição de 1988. Pode ser revisito território demarcado e dificulta a demarcação. Nossa presença no Congresso é importante também para as pessoas entenderem que o que acontece com os Yanomami ocorre em parte com os Maxakali. O que acontece lá com o garimpo acontece em Minas, com a mineração.

O avanço das pautas passa pela sensibilização sobre a importância da questão indígena para a humanidade?

O projeto político programado era exterminar povos indígenas. Agora, exterminam águas, florestas, oxigênio. Isso tem a ver com a destruição da humanidade. Eu falo no Congresso: se você não se sensibiliza porque não está sujeito a morrer nos conflitos territoriais, vamos morrer por um mal comum. Todo território indígena que conheço foi demarcado depois da morte de uma liderança.

Nas eleições, foi difícil convencer as pessoas a ter um voto? Sinto saudade da campanha. Era um processo de descolonização, de pensar o ensino e a aprendizagem da sociedade mineira, que conseguiu romper com vários racismo da ausência. Quando nos falam que não somos povos indígenas do presente, isso nos mata. Mesmo existindo, consideram como se fôssemos inexistentes. A dor do racismo da ausência é maior. Essa eleição, para além de um saldo eleitoral, foi para reconhecer, para colocar Minas na centralidade do debate. São 853 municípios. Fui eleita em 804. Isso é uma resposta. Tive quase 40 mil votos só em Belo Horizonte.

A senhora preside agora a Comissão da Amazônia. Quais são os desafios? A Comissão da Amazônia dos Povos Originários e Tradicionais é um momento histórico, não só porque sou a primeira indígena a ser presidenta da comissão no Congresso, mas a primeira de povos e comunidades tradicionais neste lugar. É estratégica para pensar projetos. Quando as leis se calam, o genocídio falou, e se aprovou muita lei do mal. Precisamos avançar em leis de proteção. É uma oportunidade para trabalhar por consulta, escutando povos indígenas e comunidades tradicionais.

Há alguma ação para aumentar o orçamento? Na responsabilidade do Parlamento, tenho discutido com deputados, pela Frente Parlamentar Indígena, composta por parlamentares, deputados e senadores. Vamos lançar a Frente Parlamentar no Abril Indígena, de 24 a 28. Estaremos enviando carta de sensibilização aos parlamentares, que enviem emenda para saúde indígena, ao Ministério da Educação e ao Ministério dos Povos Indígenas, que é novo e não tem orçamento previsto para essas políticas públicas. Estamos sensibilizando nossa bancada do PSOL a enviar emendas.

A senhora fala em "reflorescer" o Congresso com a presença indígena. Qual a importância do canto? O canto indígena tem sido uma ferramenta importante. Me emociona. Nunca tivemos espaço no microfone dentro do Congresso, sempre foi pela força do canto tradicional. No acampamento Terra Livre do ano passado, em vários momentos, com opressões policiais e, em 2020, na mobilização nacional, mais de 150 povos cantaram em línguas diferentes, e fizemos mudar processos de decisão. Quando o povo indígena canta, não canta sozinho. Traz a força do território e de milhares de pessoas que já se foram. Por isso, mesmo hoje, no Congresso, eu começo cantando. Cantar é um jeito de abençoar a palavra, para que a gente tenha sabedoria de falar. É um jeito de alimentar e sensibilizar as pessoas.

Para ouvir o canto e para assistir à entrevista na íntegra, acesse o QR



FRED MAGALHO/TEMPO